

NAS LINHAS DO TERRITÓRIO: ENTRE O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO – A INSERÇÃO DO PAA COMO MECANISMO ARTICULADOR DO TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE CAMPONESAⁱ

José Ribamar Gomes de Sousa

Departamento de Geociências – DGEO – Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN – Universidade Federal da Paraíba – UFPB
ribamar.gomes22@gmail.com

INTRODUÇÃO

Dentro de uma perspectiva contemporânea estruturante tomando como base o processo histórico de articulação agrária nacional, a dinâmica de modificação dos moldes sociais, econômicos, agrários e territoriais passa a ser regida mediante uma articulação entre as múltiplas esferas que põem em evidência as relações econômicas como formas de articulação a partir de jogos de interesses comandados pelo domínio das grandes produtoras integradas com finalidades distintas de ter-se uma demanda territorial e econômica dominante de mercado.

Nessa conjuntura, abrem-se duas questões fundamentais, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) como base para direcionar visões de mundo para a realidade ao qual se está vinculada à questão agrária mediante um embate entre forças políticas apresentando distintos modelos de desenvolvimento a partir de interesses de uma parcela de empresas envolvidas no processo. Está vinculada nessa questão a inserção das políticas públicas socioterritoriais em âmbito nacional, que tem como finalidade proporcionar aos sujeitos envolvidos uma mudança na qualidade de vida proporcionando o desenvolvimento da população por intermédio destas.

Nessa relação, adentramo-nos a dois vieses centrais referenciados a partir da identidade territorial e a constituição da territorialidade camponesa pelo fortalecimento da agricultura familiar (AF) vinculada á inserção das políticas públicas, em especial destacamos o PAA (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos). Cabe salientar que, dentro dessa conjuntura política, a elaboração de políticas públicas vem como resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes. “São as partes interessadas, que em suas proposições de políticas defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, p.01).

PQA, PCA E O PAA

Diante do modelo de estrutura de desenvolvimento nacional, o PQA e o PCA apresentam-se no embate do jogo de interesses que põe em evidência dois modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro, que atendem a grupos e objetivos distintos. O primeiro surge através das lutas territoriais como forma de adquirir uma autonomia socioterritorial mediante a construção de uma sociedade não capitalista. É nesse contexto que Fernandes (2008) afirma que:

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008, p. 390).

Nessa conjuntura, evidencia-se que, por ter uma base mediada por sua sociedade política regada pelas relações e articulações de poder, o PQA apresenta duas vertentes distintas que o caracterizam: a proletarista, que tem como ênfase as relações capitais de trabalho, e entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; a campesinista, que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital, isto é verificado a partir da visão de Felício (2006, p. 11) que enfatiza que “o paradigma da questão agrária defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato”.

Em relação ao PCA, o autor destaca que nos estudos dos teóricos que defendem essa corrente, estes acreditam que a partir das relações capitalistas e produtivas, o campesinato terá seu fim, pois, o problema central não se encontra no sistema capitalista de produção e sim na unidade camponesa de produção e no seu sujeito, que não é visto como autônomo, mas sim como um anexo ao sistema que o permeia. Nesse sentido, é que o campesinato estaria fadado ao seu desaparecimento.

Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência do camponês consiste na sua transformação em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção (FELÍCIO, 2006). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual.

A primeira vertente deste paradigma está centrada na relação de subordinação ao capital, por parte dos pequenos produtores, partindo-se da ideia de que para sobreviverem perante o sistema capitalista, estes teriam que se submeterem as condições impostas pelo capital, produzindo a partir das necessidades impostas pelo capital. Já a segunda vertente direcional a ideia de que a agricultura familiar seria um anexo, no sentido residual, e que vai se desintegrar a não ser que integre à lógica de produção de mercadorias.

É nesse contexto que, na visão do PCA o camponês está sempre ligado a terra, e, sempre estará em atraso frente ao sistema capitalista, não havendo um acompanhamento quanto às mudanças econômicas e tecnológicas empregadas pelo capital. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato (FERNANDES, 2008). Sabe-se que o ponto de partida para esse debate paradigmático é a intencionalidade. A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, percepção, linguagens, práticas etc. (SEARLE, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais a ação prática é produtora de territórios materiais.

Nesse contexto, manifestam-se múltiplas realidades em distintos modelos de desenvolvimento que se constituem a partir do vínculo de interesses, o plano piloto de desenvolvimento social/territorial, o embate entre as duas forças que se manifestam pelas disputas entre a classe capitalista representada pelo agronegócio e a classe camponesa, com a denominação de agricultura familiar, criada pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

Verifica-se nessa conjuntura que, dentro da perspectiva do PQA, revela-se uma abertura e visibilidade para os conflitos sociais e políticos, tendo em vista os múltiplos conflitos existentes no campo, sejam eles políticos, sociais ou territoriais. Logo, o paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da CLACSO (Centro Latino Americano de Ciências Sociais), entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir (Felício, 2006), visão esta que é contra os teóricos do RIMISP (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural), que entendem que o paradigma do capitalismo agrário é o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Correlacionado com essa abordagem, cabe salientar que numa visão contempladora do PQA, direcionam uma construção deliberativa para o desenvolvimento socioterritorial, o que é destacado por Fernandes (2008) quando afirma que a partir da luta dos camponeses é que se tem permitido uma nova estruturação camponesa, tendo em vista que é a expressão da luta camponesa que tem influenciado políticas públicas como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, os cursos de licenciatura Pedagogia da Terra, em implantação em várias universidades federais, o mestrado acadêmico em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (criado na Universidade Estadual Paulista – UNESP), o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Adentramo-nos aí nas questões das políticas sócio/territorial destinadas com maior vigor, às comunidades rurais por intermédio do Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Educação (ME) para um plano nacional que põe em destaque a dinâmica política/administrativa no concretizar deste processo social/agrário/econômico/territorial.

No modelo atual de disseminação das políticas públicas em âmbito nacional, este é regado por mudanças nos parâmetros da organização federal, evidenciando-se que com a mudança na estrutura governista iniciada nos anos 2000, houve grandes ganhos na conjuntura social e econômica do Brasil. No que concerne às medidas governamentais referentes às políticas públicas, destaca-se o PAA que foi criado a partir de discussões que reuniram diversas escalas sociais para contemplarem um plano de ação que fosse eficaz para o desenvolvimento das comunidades rurais camponesas, assentadas e quilombolas, por exemplo, a partir de incentivos direcionados à agricultura familiar.

De acordo com Vogt e Souza (2009, p. 02) “as primeiras ideias sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA surgiu durante a formulação do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania”. Segundo Mattei (2007, p.33, *apud* VOGT; SOUZA, 2009, p. 04), “o Programa visa implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome, o programa Fome Zero”.

Inicialmente, esses programas estavam vinculados ao viés do projeto de desenvolvimento econômico e territorial no país que direcionava ações a fim de contribuir a melhoria de vida da população, e também, para o fortalecimento das atividades produtivas do homem do campo. Tchayanov (1976) trabalha o conceito de autoexploração, no sentido de que os camponeses trabalham até o limite das necessidades de subsistência da família e enfatiza a relação entre a economia camponesa e o mercado.

Para o autor, quando o trabalho na unidade camponesa não é capaz de satisfazer as necessidades de consumo da família, essa unidade camponesa busca outra forma para garantir sua subsistência, seja através do trabalho assalariado fora da unidade familiar de produção, seja pela venda de parte da produção no mercado, adquirindo com isso o dinheiro para a compra de bens que não conseguem produzir para a sua subsistência. O camponês pode ser observado tanto na exploração baseada no trabalho da família quanto na exploração baseada no trabalho assalariado. Para Tchayanov esse último ponto não vai introduzir mudanças significativas porque o salário não é uma categoria dominante, ou seja, o salário é sempre uma categoria subordinada para o campesinato e, por isso, não o faz unidade capitalista.

Diante disso, a partir da lógica legal estruturante enquanto programa de fomento socioterritorial e regido pela lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo decreto nº 4.772 de 02 de julho de 2003, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) foi criado e passou a corroborar e instigar agricultores familiares para a produção agrícola para atender uma demanda social nacional. Com essa medida, o governo federal passou a investir no desenvolvimento das comunidades rurais não só na produção agrícola contemplada pela implementação da política, mas também através das políticas de assistência às comunidades rurais camponesas, bem como as assentadas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Pelo decreto de regulamentação o PAA foi aprovado com um valor inicial fixo de 2.500 reais por família ao ano, que posteriormente sofreu alterações pelos decretos nº 5.873 de 15 de agosto de 2006 (3.500 reais por família ao ano) e nº 6.959 de 15 de setembro de 2009 que estabeleceu o valor atual de 4.500 reais na compra dos produtos alimentícios de cada família rural cadastrada ao ano. Estas mudanças representaram um avanço na estrutura econômica para as populações rurais em todo território nacional, tendo em vista as possibilidades de incrementar novos produtos para serem disponibilizados ao programa, apresentando uma produção de base diversificada, possibilitando a obtenção de novos mercados.

Como aspecto direcionador atrelado ao PAA, a agricultura familiar tem um papel fundamental, pois, é através de políticas dentro do plano da AF que o PAA passa a ter uma parceria para a permanência das famílias nas comunidades rurais referentes a sua autoafirmação enquanto identidade e pertencimento territorial ao campo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o INCRA, “a agricultura familiar se define com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes”. De acordo com Vogot e Souza (2009),

pode-se afirmar que o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, como o PRONAF, é um programa construído pela mobilização social e o aprimoramento da articulação intersetorial das políticas públicas diferenciadas para a agricultura (ZIMMERMANN, 2007). Segundo a autora, as primeiras políticas de crédito para a comercialização datam dos anos 40, mas até a criação do PAA nunca se tinha diferenciado as condições do crédito de comercialização para a agricultura familiar (VOGOT; SOUZA, 2009, p. 05).

Assim, esse processo dinâmico de articulação para a AF contribui para o direcionamento das ações efetivas no campo através de um novo viés de produção/desenvolvimento. Entretanto vale salientar que de acordo com Delgado (1989, *apud* ZIMMERMANN, 2007), “a falta de instrumentos específicos a essa categoria gerava certo desequilíbrio na tomada do crédito devido à diferença no poder de investimento do público da agricultura familiar e do setor empresarial agrícola, beneficiando largamente o segundo, o agronegócio”.

Nesse sentido, cabe salientar que a AF de acordo com Wanderley (2001, *apud* SILVA; MENDES, 2009, p. 07-08) “é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. Para a autora, a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades”. Isso denota uma profunda dinamicidade no contexto atual que a agricultura familiar se encontra, evidencia-se aí um leque de possibilidades às comunidades rurais, para a seu desenvolvimento social e econômico.

O Programa de Aquisição de Alimentos na conjuntura atual faz parte de uma estrutura de representação dos ministérios de ordem governamental, passando a atuarem concomitantemente para contribuir para uma efetivação dos programas e projetos sócio/territoriais para a agricultura familiar. A partir dessa relação dinâmica, o PAA apresenta em seu leito um plano de articulação tendo em vista o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais de modo específico. Basaldi (2004, *apud* CAMARGO *et al* 2011), enfatiza uma estrutura organizacional que visa o processo de atuação governamental em prol de populações necessitadas, destacando que:

o PAA, desde o princípio, nasceu com uma concepção interdisciplinar e interministerial. O objetivo principal do PAA é [...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e promover a inclusão social no campo por

meio do fortalecimento da agricultura familiar (Brasil, 2010, *apud* CAMARGO *et al* 2011, p. 19).

Vale salientar que nessa dinâmica de articulação se apresenta uma questão fundamental entre os incentivos governamentais e suas medidas estabelecidas nas bases da política pública para atender uma população específica. Corroborado com essa discussão Silva; Grossi e França (2010) destacam com maior ênfase os cinco objetivos que formam os pilares fundamentais das ações a serem executadas a partir do plano institucional do PAA que são:

I – incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar; II – gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal; III – incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde estes eram frágeis ou inexistentes; IV – ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; V – promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 197).

Corroborando com essa afirmação Vieira e Viana (s.d p.04)ⁱⁱ, enfatizam que há ainda outros objetivos do Programa, como a “distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”. Observa-se nesse conjunto de objetivos um planejamento estrutural de ordem desenvolvimentista para as comunidades rurais do campo mediante a relação direta com a agricultura familiar.

Sabe-se que para essa política pública funcionar de modo efetivo, se faz necessária uma articulação entre as modalidades existentes bem como vinculá-la a outras políticas estruturais. Nesse sentido, cabe ressaltar que na estrutura do PAA estão presentes algumas modalidades que são planos de ações relacionados à agricultura familiar tendo como finalidade os incentivos à produção agrícola, bem como melhorar a renda do homem do campo. O quadro 01 a seguir traz as modalidades das ações do PAA.

Quadro 01 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Modalidade que permite a aquisição de alimentos pelo governo federal de produtores formalmente organizados em cooperativas ou associações. É operacionalizado pela CONAB e executada com recursos do MDS e MDA. O limite por agricultor é de R\$8.000,00 por ano civil.
CAFDS	Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR Doação)	Promover a articulação entre produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, etc., com ênfase no desenvolvimento da economia local,

		fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda no campo. É operacionalizada tanto pela CONAB, como governos estaduais e municipais, por meio de convênio. O limite por agricultor é de R\$4.500,00 por ano civil.
FEAF	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque)	Financiar o estoque de produtos da safra vigente de agricultores familiares formalmente organizados, para que possam ser comercializados posteriormente e de forma mais favorável. O estoque ocorre nas próprias organizações dos produtores. As fontes de recursos são do MDS e MDA, sendo operacionalizada pela CONAB. O limite por agricultor é de R\$8.000,00 por ano civil.
IPCL	Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite - PAA-Leite	Contribuir com o aumento do consumo do leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional e ao mesmo tempo incentivar a produção da agricultura familiar. É operacionalizado por meio de convênio entre o MDS e os governos da região Nordeste, mais o Estado de Minas Gerais. O limite por produtor é de R\$4.000,00 por semestre.
Fonte: Silva <i>et al</i> (2010).		

O quadro deixa claro que há uma articulação entre os objetivos da política e os planos estabelecidos nas modalidades de ações nos amplos e distintos espaços de produção agrícola vinculadas à agricultura familiar. Sabe-se que diante dessa articulação as comunidades rurais tendem a terem incentivos à produção, bem como a sua consolidação enquanto unidade territorial. Camargo *et al* (2012) salienta que em um estudo correlacionado ao PAA em um assentamento no estado de São Paulo foi verificado aspectos importantes inerentes à política ao afirmar que:

Um ponto a ser destacado é que após a implementação do programa, foi possível constatar significativas transformações de caráter qualitativo no assentamento. Houve mudanças nos sistemas de produção, na organização social dos agricultores, na forma de exploração dos lotes e na segurança alimentar das famílias (CAMARGO *et al* 2012, p. 06).

Esse debate em torno de experiências e estudos são fundamentais para as discussões quem envolvem a construção da territorialidade camponesa partindo da ideia vinculada ao PQA enfatizadas por Chayanov ao discutir a formação do camponês a partir do conceito de autoexploração no sentido de atingir o limite de trabalho que satisfaça as necessidades familiares me um caráter de atividade de autoexploração estando diretamente ligada ao autoconsumo e a subsistência.

Como pode ser verificada na citação, a política exerce uma dinamicidade e contempla uma organização estrutural tanto das comunidades rurais como da estrutura de produção. Isso denota um viés corroborador no que concerne à autoafirmação dos assentados em seu espaço de

conquista através das ações articuladas e integradas entre as políticas públicas e a organização estrutural da comunidade.

DA POLÍTICA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

É através de lutas, nos debates dos direitos, reivindicações na defesa dos espaços conquistados que o sentido de pertencimento e identidade se manifesta e passa a coexistir dentro de um processo dinâmico. Essa identidade social é formada por um conjunto de características comuns com o qual grupos humanos se identificam e que se estabelece de acordo com as condições espaço-temporal em que o grupo está inserido.

De acordo com Dourado & Vargas (2011) “a identidade se inicia como um processo político e reivindicatório e se redimensiona como territorialidade quando se estabelecem novas relações de produção, organização do assentamento e construção de um novo espaço de vida”. De modo significativo, a construção da identidade com o espaço se constitui mediante a relação direta com os ganhos da terra e a formação da territorialidade. De acordo com Fernandes (2004, p. 5, *apud* DI LORENZO, 2007, p. 105), a territorialização é um processo geográfico entendido como “o resultado da expansão do território, contínuo ou ininterrupto”; enquanto a territorialidade é “a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas”.

E é nesse sentido que Queiroz e Dantas (s.d) afirmam que “a territorialidade somente acontece a partir de um território apropriado e/ou dominado”. A territorialidade pressupõe o indivíduo e não tem sentido sem ele (RICETO; SILVA, 2008, p. 150). Esse fenômeno se materializa intermediado pelo sentido de pertencer e dar continuidade a uma trajetória que se inicia com o desejo de possuir um lugar de vida e de trabalho materializado com a conquista da terra, e ganha sentido quando uma nova territorialidade é construída, com seus próprios símbolos e suas próprias significações.

É por meio dessa construção que o PAA passa a corroborar com o processo de fortalecimento da territorialidade camponesa na medida em que o programa passa a oferecer mecanismos para o desenvolvimento de atividades produtivas que venham a constituir uma alternativa econômica para subsidiar a compra de produtos necessários ao bem-estar nutricional e social que não sejam produzidos dentro da propriedade familiar.

Nesse sentido, ao constituírem sua territorialidade o camponês muitas vezes passa a sofrer expulsão/expropriação da terra materializando o fenômeno da desterritorialidade, o que posteriormente passa a ser reterritorializado em outras localidades com outros padrões distintos do anterior, implicando na construção de novas territorialidades. Territorialidade esta ligada ao território e contemplada por inúmeras ações construtivistas a partir de relações políticas de poder. Essa relação, segundo Moreira e Targino (2007) remete a uma questão fundamental pré-estabelecida e que se manifesta como,

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (Oliveira, 2002, p. 74-75 apud MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 4).

Verifica-se aí o território como fenômeno materializado por lutas através do embate político social mediado pelas relações de produção do espaço. É nesse contexto que PAA torna-se elemento marcante na formação do território e na construção da territorialidade camponesa, na medida em que o programa passa a oferecer mecanismos para a produção e comercialização de produtos advindos das atividades rurais, atuando desta forma como meio da produção e reprodução do espaço.

O território a partir dessa ideia é manifestado é reproduzido de forma desigual constituído de distintas formas de reprodução através do trabalho, passando a ser compreendido através da ação social de transformação e modificação ao longo do tempo, materializando-se de distintas faces com arranjos diferenciados no seu processo de formação e estruturação territorial.

Riceto e Silva (2008) salientam a visão de Santos (2006, p. 05) ao afirmar que “o território só tem sentido se nele incluímos o homem com suas construções econômicas, políticas, sociais e culturais”. Nessa linha de pensamento Haesbaert (1997, p. 40, *apud* MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 05) enfatiza o território como

o produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata (RAFFESTIN, 1993). Como tal, se inscreve sempre num campo de poder não apenas no sentido de apropriação física, material (através das fronteiras jurídicopolíticas, por exemplo), mas também imaterial e simbólica (RICETO; SILVA, 2008, p. 150).

Corroborando com esta afirmação, Queiroz e Dantas (s.d) destacam que:

O território, como construção social, é inseparável da territorialidade, pois, ao falarmos de tal, logo lembramos que é o local onde as pessoas se relacionam, é o campo ou *locus* de vivência, é inserção de sujeitos, sobretudo, identidade, em que os sujeitos se conhecem como tal, perpassando as delimitações superficiais como muros, cercas elétricas, câmeras, alarmes monitorados para a ideia de pertencimento, de sentimentos, percepções e desejos.

Desta forma, compreende-se nessa construção que para a existência de uma territorialidade está vinculada a questão do território, para que ocorra a materialização da identidade e do pertencimento ao espaço, este entendido e conquistado através de lutas. Este processo está ligado às ações das políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da AF e

do camponês nas práticas de atividades agrícolas, como também na permanência no campo, como já fora destacado anteriormente pelos incentivos à produção da agricultura familiar.

Assim, a criação de políticas ou programas de base governamental ligada ao fortalecimento das atividades dos produtores rurais do campo como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e também o próprio Programa de Aquisição de Alimentos - PAA especificamente, são artifícios corroboradores na dinâmica de fortalecimento das bases produtivas e das relações políticas e sociais no campo.

Portanto, a partir dessa contextualização é preciso frisar que o Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito institucional que rege a base jurisdicional de implementação das políticas públicas direcionadas às comunidades do campo, o PAA apresenta-se como artifício de articulação para o fortalecimento social e econômico do agricultor familiar e do camponês mediante suas ações e objetivos traçados pondo em evidência um conjunto de relações territoriais presentes no campo, sejam nos assentamentos, em comunidades rurais ou quilombolas de modo específico, possibilitando, diante de uma dinâmica estrutural, o crescimento da economia das comunidades rurais, bem como passa a impulsionar a busca de mecanismos para o fortalecimento da produção da AF nesse espaço (atrelado às ideias de permanência e recriação do agricultor familiar e também do camponês discutidas no PQA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação estrutural e o debate científico envolto de ideias postas entre o Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA e o Paradigma da Questão Agrária – PQA são fundamentais na construção do conhecimento a partir das leituras correlatas ao processo de desenvolvimento das atividades produtivas no campo, o fim ou a permanência de um sistema de produção ou a recriação deste em outra modalidade. Essas questões foram e ainda são essenciais no estudo da questão agrária no campo nacional e internacional.

Cabe frisar importantes questões ligadas ao processo de fortalecimento das atividades no campo por intermédio de ações governamentais como o próprio Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, adentrando nesse vasto campo territorial e emblemático que é a questão da agricultura nacional atuando como meio articulador para o fortalecimento das bases da agricultura familiar e camponesa, na medida em que trás consigo um objetivo marcante, contribuir com o processo de desenvolvimento do homem do campo, favorecendo a permanência das populações rurais no campo mediante incentivos à produção familiar, e também para a construção do território e na formação da territorialidade das comunidades rurais.

Através da articulação entre esses agentes, a partir da implantação da política pública nesses espaços, verifica-se uma nova dinâmica no espaço mediante a organização social coletiva da comunidade. Correlacionado a isso adentramo-nos a outra particularidade específica que põe em destaque a importância do PAA para a consolidação do território, bem como da territorialidade. Destacam-se também as múltiplas possibilidades que o programa possibilita na criação de novos

círculos comerciais de produção e o fato de proporcionar a inserção da mulher nas atividades produtivas como forma de inserir novos produtos para atender a uma demanda referente ao programa.

Portanto, essa política de base estrutural vinculada ao programa Fome Zero possibilita as comunidades rurais uma forma de consolidar-se enquanto indivíduos no seu espaço conquistado através de lutas a partir da produção da AF. Essa base contempla uma estrutura dinâmica produtiva para a autoafirmação socioterritorial das comunidades a partir do território e da territorialidade pela inserção da política pública do PAA, para a consolidação socioterritorial das comunidades rurais. Esses fatos se manifestam em meio à conjuntura do embate entre o PCA e o PQA na formação agrária dentro de um modelo de desenvolvimento de estado-ação que vem se desenvolvendo ao longo do tempo e que necessariamente passa por inúmeras modificações estruturais, principalmente nas relações no campo, na formação territorial e na construção da territorialidade camponesa por meio da conquista do território em consonância com as políticas públicas direcionadas ao trabalhador rural nas suas múltiplas escalas em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Elina Aparecida de Oliveira Momberg de; GOMES, Rafaela Raggio Silva; MEIRA, Bruna Carolina de Meira; BORSATTOS, Ricardo Serra. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como Instrumento de Fortalecimento de Assentamentos Rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo - SP**, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/tec2-0113.pdf>. Acesso em: 30 Jul. 2015.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A Construção da Territorialidade Camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo – PB**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB/ Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/ Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN/ Departamento de Geociências/Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2007.

DOURADO, Auceia Matos; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Construção ou internalização de identidades?** Reflexões sobre os assentamentos de reforma agrária. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica. II Semestre 2011 pp. 1-15.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v.1, p. 381-400.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Revista Nera – Presidente Prudente - ANO 10, N. 10. 2007.

QUEIROZ, Elaine Fernandes de; DANTAS, Eugênia Maria. **Território e Territorialidade: o Assentamento Rural Remédio, localizado no município de Umarizal/RN.** Disponível em: <<http://www.rn.anpuh.org/evento/veeh/ST03/Territorio%20e%20Territorialidade%20o%20Assentamento%20Rural%20Remedio,%20localizado%20no%20municipio%20de%20UmarizalRN.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo da. **O Território como categoria de Análise da Geografia.** Revista on-line Caminhos de Geografia. Instituto de Geografia ufu. Programa de Pós-graduação em Geografia. Uberlândia v. 9, n. 28 Dez/2008 p. 146 – 152.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de (orgs.) **Fome Zero: A experiência brasileira.** Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-It_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2015.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura Familiar no Brasil: Características e Estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios – Município De Catalão (Go).** Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_JM.pdf>. Acesso em: 14. ago. 2015.

VIEIRA, Débora de F. A; VIANA, Carla A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

TCHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924).** In: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, n. 46, v. XII, 1976. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015

VOGT, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos de. **Mercados Institucionais Locais como Instrumento de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – Rs. 2009. 47º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/743.pdf>>. Acesso em: 17 Jul. 2015.

ZIMMERMANN. **Políticas Públicas e arranjos institucionais: o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA).** Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais>. Acesso em: 06 de Jul. 2015.

ⁱ Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”, ministrada pelo Professor Bernardo Mançano Fernandes, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB – Universidade Federal da Paraíba nos dias 24,25 e 26 de junho de 2015.

ⁱⁱ Cf. Texto não contém data Vieira; Viana.